

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Por quase dois séculos, apesar da controvérsia provocada pela Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão encarnou a promessa de direitos humanos universais. Em 1948, quando as Nações Unidas adotaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, seu artigo 1.º dizia: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Em 1789, o artigo 1.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão já havia proclamado: “Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”.

As origens dos documentos não nos dizem necessariamente nada de significativo sobre as suas consequências. Importa realmente que o esboço tosco de Jefferson tenha passado por 86 alterações feitas por ele mesmo, pelo Comitê dos Cinco ou pelo Congresso? A Declaração da Independência dos Estados Unidos da América (EUA) não tinha natureza constitucional. Declarava simplesmente intenções, e passaram-se quinze anos antes que os estados finalmente ratificassem uma Bill of Rights, muito diferente, em 1791. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão afirmava salvaguardar as liberdades individuais, mas não impediu o surgimento de um governo francês que reprimiu os direitos, e futuras constituições francesas — houve muitas delas — formularam declarações diferentes ou passaram sem nenhuma declaração.

Ainda mais perturbador é que aqueles que, com tanta confiança, declaravam, no final do século XVIII, que os direitos eram universais vieram a demonstrar que tinham algo muito menos inclusivo em mente. As pessoas não ficaram surpresas por eles considerarem que as crianças, os insanos, os prisioneiros ou os estrangeiros eram incapazes ou indignos de plena participação no processo político, pois pensavam da mesma maneira. Mas eles também excluía aqueles sem propriedade, os escravos, os negros livres, em alguns casos as minorias religiosas e, sempre e por toda parte, as mulheres. Em anos recentes, essas limitações a “todos os homens” provocaram muitos comentários, e alguns estudiosos até questionaram se as declarações tinham um verdadeiro significado de emancipação.

Os fundadores, os que estruturaram e os que redigiram as declarações, têm sido julgados elitistas, racistas e misóginos

por sua incapacidade de considerar todos verdadeiramente iguais em direitos.

Como é que esses homens, vivendo em sociedades construídas sobre a escravidão, a subordinação e a subserviência aparentemente natural, chegaram a imaginar homens nada parecidos com eles, e, em alguns casos, também mulheres, como iguais? Se pudéssemos compreender como isso veio a acontecer, compreenderíamos melhor o que os direitos humanos significam para nós hoje em dia.

Lynn Hunt. *A invenção dos direitos humanos*: uma história. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 15-16 (com adaptações).

A respeito de aspectos linguísticos do texto precedente bem como das ideias nele veiculadas, julgue os próximos itens.

- 1 Mantendo-se a correção gramatical e a coerência das ideias do texto, o primeiro período do terceiro parágrafo poderia ser reescrito da seguinte maneira: **Aqueles que, com tanta confiança, declaravam, no final do século XVIII, que os direitos eram universais vieram a demonstrar que tinham algo muito menos inclusivo em mente, o que é ainda mais assustador.**
- 2 No texto, a autora põe em xeque o conceito de direitos humanos e demonstra duvidar da sua real aplicabilidade desde seu surgimento no século XVIII, mesmo que tenham sido assegurados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- 3 Dada a polissemia do vocábulo **homem**, seria possível interpretar que os direitos previstos no artigo 1.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão abrangeriam um grupo restrito de pessoas.
- 4 É coerente com as ideias do texto concluir que é necessária uma análise crítica acerca do contexto do surgimento das declarações de direitos do século XVIII, quando o conceito de “universal” recebeu interpretação conveniente a um grupo social específico, para uma melhor compreensão sobre a atual concepção de direitos humanos.
- 5 O questionamento feito pela autora no segundo parágrafo constitui um recurso de linguagem utilizado para verificar o entendimento do leitor quanto à argumentação por ela desenvolvida no texto.

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pego.

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão.

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente”, ou “receberá uma boa gratificação”. Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o açoitasse.

Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas, por ser instrumento da força com que se mantém a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfástio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir, também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem.

Machado de Assis. **Pai contra Mãe**. In: Machado de Assis. **Relíquias da casa velha**, 1906 (com adaptações).

Machado de Assis inicia o conto **Pai contra Mãe** — escrito em 1906 e publicado na coletânea **Relíquias da casa velha** —, mencionando “ofícios e aparelhos” da escravidão no Brasil. O conto aborda a história de Cândido Neves, personagem que trabalhava na captura de escravos fugidios. Considerando o fragmento desse conto apresentado anteriormente, julgue os itens a seguir.

- 6 Em “a sobriedade e a honestidade certas” (sexto período do primeiro parágrafo), a substituição de “certas” por **corretas** manteria a coerência das ideias do texto, visto que tais palavras têm o mesmo significado.
- 7 O autor justifica a citação do ferro ao pescoço, do ferro ao pé e da máscara por se associarem a determinado ofício.
- 8 No primeiro período do quarto parágrafo, a forma pronominal “lho” retoma os termos “Quem” e “escravo”.
- 9 A menção aos anúncios sobre escravos fugidios em folhas de jornais públicos tem como objetivo apontar a eficácia do sistema de captura de escravos fugidios no sistema escravagista do Brasil.
- 10 No segundo período do último parágrafo, a forma verbal “mantêm” está flexionada no plural porque estabelece concordância com os termos “lei” e “propriedade”.

No que se refere à redação oficial, julgue os itens a seguir.

- 11 Em ofício dirigido pelo ministro presidente do STJ ao ministro presidente do STF, deve-se empregar, no endereçamento, A Sua Excelência o Senhor, e, como vocativo, Senhor Ministro, por tratar-se de autoridades de mesma hierarquia.
- 12 A linguagem empregada nos documentos oficiais deve caracterizar-se pela precisão, atributo que inclui a articulação da linguagem comum ou técnica para a perfeita compreensão da ideia veiculada no texto.

A respeito dos princípios fundamentais constitucionalmente estabelecidos e dos partidos políticos, julgue os itens que se seguem.

- 13 Conforme disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), os partidos políticos submetem-se ao dever de prestar contas à justiça eleitoral e aos tribunais de contas.
- 14 Devido ao princípio da dignidade da pessoa humana, nem toda pessoa que seja presa deverá ser algemada no ato da prisão, ainda que esta se dê em flagrante delito.

Julgue os itens a seguir, referentes à organização político-administrativa dos estados-membros e a disposições gerais da CF acerca da administração pública.

- 15 Embora não se submetam ao mesmo regime jurídico dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, os empregados públicos ingressam no serviço público, em entidades da administração pública indireta, necessariamente mediante concurso.
- 16 Os estados-membros podem instituir aglomerações urbanas e microrregiões mediante lei complementar, mas não regiões metropolitanas, já que a criação destas últimas depende de decisão de cada município.

No que diz respeito ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

- 17 Caso tanto um juiz do trabalho de um tribunal regional do trabalho quanto um juiz de direito de um tribunal de justiça estadual se considerem competentes para julgar determinada ação relativa a direitos de trabalhadores, competirá originariamente ao STJ julgar o conflito de competência estabelecido entre os juízes.

Com base na Lei n.º 12.618/2012, que dispõe sobre o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, julgue os itens a seguir.

- 18 No caso de cessão de servidor público participante da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD) com ônus para o cessionário, este deverá recolher à respectiva entidade fechada de previdência complementar a contribuição aos planos de benefícios, nos mesmos níveis e condições devidas pelo patrocinador.
- 19 A remuneração e as vantagens de qualquer natureza dos membros das diretorias executivas das entidades fechadas de previdência complementar não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do STF.
- 20 A decisão do servidor de optar pela migração para o regime de previdência complementar é irrevogável e irretroatável.
- 21 É vedada a criação de fundação de previdência complementar que contemple os servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A respeito de administração pública direta e indireta, julgue o item a seguir.

22 Consórcio público pode ser constituído sob a forma de pessoa jurídica de direito privado ou de direito público.

Acerca do exercício da função pública pelos agentes públicos e de princípios e procedimentos relativos à licitação pública, julgue os itens seguintes.

23 Para o desempenho de funções de natureza permanente, correspondentes às atribuições de chefia, direção e assessoramento, não se exige que o agente público que as exercerá tenha sido admitido no serviço público mediante concurso público.

24 Com base no princípio da isonomia e da economicidade, a administração pública pode, nas compras, dar preferência para bens manufaturados que atendam a normas técnicas brasileiras, ainda que a capacidade de produção desses bens seja inferior à quantidade que se pretenda adquirir, desde que esteja previsto no edital que a compra da quantidade complementar de bens será feita por outro fornecedor.

À luz da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD) e da Resolução do STJ n.º 5/2023, julgue o próximo item.

25 Para o cumprimento da LGPD, que define encarregado como a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a autoridade nacional de proteção de dados, o diretor-geral da Secretaria do STJ é o encarregado pelo tratamento de dados pessoais nesse tribunal superior.

Acerca do processo administrativo federal, Lei n.º 9.784/1999, julgue o item subsequente.

26 Quando a lei exigir motivação para o ato administrativo, esta deverá ser explícita, clara e congruente, não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores.

Considerando o Decreto n.º 678/1992, que promulga a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), julgue os itens a seguir.

27 A Corte Interamericana de Direitos Humanos não exerce função de controle preventivo de convencionalidade.

28 A fim de garantir o direito à integridade pessoal e o direito à vida, o referido decreto prevê a readaptação social dos condenados como uma das finalidades essenciais da pena privativa de liberdade e veda aos Estados que aboliram a pena de morte o seu restabelecimento.

No que se refere aos direitos das pessoas com deficiência, à luz da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto n.º 6.949/2009), do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015) e da Resolução n.º 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça, julgue os itens que se seguem.

29 A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência prevê que os Estados-partes têm a obrigação de prover adaptação razoável para que as pessoas com deficiência privadas de sua liberdade façam jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a garantias de acordo com o direito internacional dos direitos humanos e recebam tratamento em conformidade com os objetivos e princípios estabelecidos na citada convenção.

30 A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi internalizada no Brasil com *status* normativo equivalente ao de emenda constitucional.

31 Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, as instituições privadas de ensino têm o dever de implementar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, sendo-lhes permitida a cobrança de valores adicionais para o cumprimento desse dever.

Considerando o Código de Conduta do STJ, julgue os itens a seguir.

32 A participação de servidores do STJ, em nome desse órgão, em concurso ou processo seletivo destinado à premiação de qualquer natureza não está condicionada à autorização prévia desse tribunal superior.

33 Compete à Ouvidoria submeter às autoridades competentes do STJ sugestões de aprimoramento do Código de Conduta do STJ.

34 A redução da subjetividade nas interpretações de normas jurídicas é prevista como parte de um dos objetivos do Código de Conduta do STJ.

35 Para realizar cópias de processos ou documentos pertencentes ao STJ, o servidor depende de prévia autorização da autoridade competente, ainda que as cópias sejam necessárias ao exercício das atribuições ordinárias do próprio servidor.

De acordo com o Regimento Interno do STJ, julgue os itens subsecutivos.

36 Os secretários das seções e das turmas do STJ são designados pelo presidente de cada um desses órgãos julgadores.

37 O Conselho da Justiça Federal (CJF) funciona junto ao STJ e tem a atribuição de realizar a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo graus.

38 O julgamento de todos os processos no STJ, à exceção apenas de *habeas corpus* e dos recursos em sede de *habeas corpus*, depende da sua inclusão prévia em pauta de julgamento.

39 A aprovação dos critérios para progressões e ascensões funcionais dos servidores da Secretaria do STJ é atribuição do Conselho de Administração.

Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens que se seguem.

- 40 A conduta de servidor de negar publicidade a atos oficiais configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- 41 O ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública só é passível de sanção se tiver gerado lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.
- 42 As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa aplicam-se aos atos de improbidade cometidos contra o patrimônio de entidades privadas que gozam de benefício fiscal concedido por ente público ou governamental.
- 43 A Lei de Improbidade Administrativa é aplicável àqueles que, mesmo não sendo agentes públicos, concorram culposamente para a prática de ato de improbidade.

Acerca da Agenda 2030 da ONU e do programa Transformação, instituído pela Resolução n.º 497/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue o item seguinte.

- 44 Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável previstos na Agenda 2030 da ONU, bem como as respectivas metas associadas, expressam o propósito de redução das diversas formas de degradação ambiental, por meio da gestão sustentável dos recursos naturais e da tomada de medidas urgentes sobre as mudanças climáticas, em benefício das gerações presentes e futuras.

A respeito da Política de Sustentabilidade do STJ, conforme a Instrução Normativa n.º 4/2024 do STJ/GDG, e da Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, consoante a Resolução n.º 400/2021 do CNJ, julgue os itens a seguir.

- 45 Promover ações para estimular o consumo consciente e propor ações para revisão e restrição do uso de itens materiais plásticos à base de polímeros originados de petróleo são exemplos de diretrizes do consumo sustentável no âmbito do STJ.
- 46 O conceito de sustentabilidade adotado na Política de Sustentabilidade do STJ circunscreve-se aos pilares social, ambiental e econômico.

Julgue os itens a seguir, em relação aos aplicativos MS Teams, OneDrive e MS SharePoint.

- 47 O MS SharePoint permite fazer alterações em um documento que está sendo editado de forma colaborativa, mantendo-se as versões anteriores do mesmo documento, as quais podem ser encontradas por meio de opção disponibilizada na guia Arquivos.
- 48 Quando gravadas, as reuniões realizadas pelo MS Teams são disponibilizadas via *chat* da reunião e ficam armazenadas no OneDrive do organizador da reunião.

A respeito da ciência de dados, julgue os próximos itens.

- 49 No PowerBI, ao utilizar o modo de exibição de Edição, qualquer usuário pode fazer modificações em um relatório compartilhado.
- 50 A opção Analisar no Excel do PowerBI permite que se analise um modelo semântico usando tabelas e gráficos dinâmicos.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

De acordo com Pierre Bourdieu, as desigualdades escolares são reflexo das desigualdades sociais. No que se refere às teorias sociais desse teórico, julgue os itens a seguir, relativos às relações entre educação e sociedade.

- 51** De acordo com Bourdieu, as classes médias tendem a investir sistematicamente na escolarização dos filhos, comportamento que se explica, entre outros fatores, pelas chances objetivamente superiores (em comparação com as classes populares) de os filhos das classes médias alcançarem o sucesso escolar, bem como pelas expectativas de futuro sustentadas por esse grupo social.
- 52** Bourdieu apresenta uma visão otimista da escolarização ao afirmar que a ampliação do acesso à escola pública contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.
- 53** Segundo Bourdieu, os indivíduos são caracterizados por uma bagagem socialmente herdada, a qual inclui determinados componentes objetivos, externos ao indivíduo, e que podem ser postos a serviço do sucesso escolar.

Em relação ao desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas no Brasil, julgue os próximos itens.

- 54** A *ratio studiorum* negava a pedagogia tradicional.
- 55** Inspirada no movimento escolanovista e nas práticas de alfabetização de Paulo Freire, uma concepção humanista de educação difundida pela Igreja Católica emergiu no país ao longo dos anos 60 do século XX.
- 56** A partir da instituição do regime militar em 1964, implanta-se na educação brasileira uma concepção crítica de formação humana.
- 57** A pedagogia histórico-crítica surge na década de 80 do século XX como proposta contra-hegemônica, na qual a educação é entendida como mediadora da prática social.

Acerca do projeto político-pedagógico (PPP), julgue os seguintes itens.

- 58** O processo de construção e implementação do PPP deve priorizar a formulação de soluções para problemas presentes, devendo ser contemplados em outros documentos da escola os aspectos relativos a intervenções em realidades futuras.
- 59** O PPP é uma exigência para a gestão escolar e do ambiente organizacional, expressa na legislação educacional desde o período do regime militar.
- 60** O PPP fortalece a participação das organizações estudantis e da comunidade em geral na gestão das escolas.

As avaliações de larga escala, nos últimos anos, têm utilizado matrizes de competências e habilidades como parâmetro de correção. A esse respeito, julgue os itens a seguir.

- 61** Mensuram competências e habilidades as avaliações que exigem conhecimentos interdisciplinares e resolução de situações-problema contextualizadas aplicadas a situações práticas.
- 62** A maioria das matrizes compreende que o estudante competente é aquele que utiliza as estruturas da inteligência para estabelecer relações entre objetos, situações, fenômenos e pessoas.
- 63** Questões de avaliação que fornecem informações necessárias à resolução do problema proposto, tais como fórmulas matemáticas ou conceitos básicos, estão pautadas no ensino tradicional e na memorização.

No que se refere ao currículo e à construção do conhecimento no âmbito da pedagogia, julgue os itens a seguir.

- 64** As teorias curriculares críticas e pós-críticas se concentram majoritariamente em estudos relativos à organização e à transmissão de conhecimentos nos espaços escolares formais.
- 65** O currículo, ao selecionar e organizar o conhecimento, desempenha o papel de mediador entre os saberes acadêmicos e as experiências culturais; no entanto, a crítica pós-moderna aponta que, ao definir o que é considerado conhecimento legítimo, o currículo pode fortalecer estruturas de poder e excluir conhecimentos de grupos sociais periféricos.
- 66** A relação entre currículo e conhecimento é estática e baseada em verdades absolutas.
- 67** Embora sejam divergentes as formas de organização do currículo disciplinar, do currículo interdisciplinar e do currículo baseado em competências, os elementos centrais de todas essas abordagens são o conteúdo e o foco na especialização.
- 68** Na educação corporativa, o currículo deve ser baseado em conhecimentos exclusivamente técnicos e especializados, pois nesse caso o foco principal é a incrementação do desempenho operacional.

No que se refere às teorias de aprendizagem, julgue os seguintes itens.

- 69** Conforme a teoria sociocultural de aprendizagem, o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem são processos socialmente mediados, nos quais a interação e o uso de ferramentas culturais exercem papéis centrais.
- 70** Segundo as teorias construtivistas, o desenvolvimento cognitivo é determinado majoritariamente pela maturação biológica do indivíduo, sendo o ambiente e as interações sociais fatores que possuem pouca ou nenhuma influência sobre essa dinâmica.
- 71** De acordo com a teoria de aprendizagem social, o comportamento humano não se limita à aprendizagem por meio de experiências diretas, havendo também a denominada aprendizagem vicária, que engloba a influência de fatores como a observação de outras pessoas ou do ambiente social.
- 72** A aplicação das teorias de aprendizagem em espaços não escolares, como empresas e organizações, é relevante para promover o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais.

Acerca da ação pedagógica e do trabalho com projetos, bem como da metodologia de projetos e do planejamento de ensino, julgue os próximos itens.

- 73** A prática pedagógica no âmbito da metodologia de projetos, embora orientada por teorias, deve ser reelaborada constantemente para se adequar ao contexto, à realidade dos sujeitos sociais e às necessidades da função coletiva, sem que isso signifique uma ruptura com os fundamentos teóricos que embasam a referida prática.
- 74** Os projetos de ensino, apesar de caracterizados pela exploração interdisciplinar e prática de temas e pela investigação colaborativa e coletiva, também possibilitam o desenvolvimento de habilidades individuais.
- 75** No planejamento de ensino em instituições não formais, a flexibilidade do currículo permite uma abordagem espontânea e improvisada, dispensando a necessidade de objetivos educacionais estruturados e de avaliação formal dos resultados de aprendizagem.
- 76** A metodologia de projetos visa ao desenvolvimento de autonomia e competências de resolução de problemas pelos alunos, mas a sua aplicação em ambientes de educação a distância é limitada pela falta de interação e colaboração entre os participantes.

Acerca da educação corporativa e das escolas de governo, julgue os itens a seguir.

- 77** As escolas de governo devem exercer um papel de antecipação em busca de novas tendências e melhores práticas, além de um papel de relevância e influência na própria formulação das políticas voltadas para a melhoria da gestão pública.
- 78** No âmbito da educação corporativa, a implementação de escolas de governo busca possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à formação e ao aperfeiçoamento de servidores públicos, sendo a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira.
- 79** As escolas de governo não podem ser consideradas universidades corporativas, termo bastante utilizado na área empresarial, uma vez que a missão e a organização desses dois tipos de educação corporativa são divergentes.

Julgue os itens subsequentes, relativos às trilhas de aprendizagem organizacional, à capacitação e ao desenvolvimento de pessoal e às ações de planejamento estratégico institucional.

- 80** A capacitação e o desenvolvimento dos profissionais se restringe ao treinamento de ações a serem executadas no cotidiano das instituições.
- 81** Nas trilhas de aprendizagem organizacional, trabalham-se questões internas da organização, o que contribui para o fortalecimento da cultura organizacional.
- 82** Trilha de aprendizagem organizacional agrupada é aquela na qual o ensino segue uma sequência, sendo os módulos realizados de acordo com a ordem apresentada pelo(a) idealizador(a).

Em relação à educação a distância (EaD), julgue os próximos itens.

- 83** Os professores-tutores *online* necessitam de competências e saberes orientados para o desenvolvimento de seu trabalho docente com organização, correção, presteza, cordialidade e sensibilidade, fatores necessários à criação e à manutenção de um ambiente de interfaces tecnológicas propício à educação.
- 84** A docência *online* deve ser exercida, exclusivamente, por meio de aulas síncronas, realizadas com o auxílio de recursos tecnológicos, uma vez que estas apresentam maior benefício ao processo de aprendizagem.
- 85** Na EaD, constata-se diferentes papéis docentes, tais como os de professor-responsável, que se responsabiliza pelo planejamento de uma disciplina; professor-conteudista, que elabora materiais didáticos; professor-formador, que forma e acompanha os tutores; e professor-tutor, que faz a mediação das interações entre educador e educando.

No que se refere ao planejamento educacional, julgue os seguintes itens.

- 86** Os objetivos de aprendizagem estão relacionados aos conteúdos que se pretende que o aluno apreenda até o final do curso ou da disciplina.
- 87** No contexto da EaD, o planejamento de ensino é realizado por meio da substituição da fala e da escuta síncronas pela escrita e leitura assíncronas.

Acerca dos níveis de avaliação de ações de capacitação, julgue os próximos itens.

- 88** Na elaboração de instrumentos avaliativos, os docentes devem estar atentos aos objetivos do curso, cujo desenvolvimento deve propor avaliações formativas, a fim de acompanhar o progresso da aprendizagem dos alunos.
- 89** A avaliação somativa tem capacidade de informar, situar e classificar os estudantes, e coloca em evidência a perspectiva de conclusão, uma vez que ocorre no final de um processo educativo.

No que se refere às atividades e aos recursos disponibilizados pela plataforma Moodle de aprendizagem virtual, julgue os itens a seguir.

- 90** A fragilidade operacional da plataforma Moodle está na impossibilidade de se fazer *upload* das atividades realizadas pelos participantes do curso.
- 91** O Moodle é uma plataforma de aprendizagem de código aberto.
- 92** O Moodle é uma plataforma de aprendizagem virtual que permite aos professores criar cursos *online*, oferecer conteúdos e aplicar avaliações, a partir de ferramentas interativas como fóruns, *quizzes* e atividades colaborativas.
- 93** O Moodle permite a personalização e a centralização de ambientes de aprendizagem de acordo com as necessidades dos estudantes, além de apoiar integração com outras ferramentas tecnológicas, promovendo uma educação mais acessível e dinâmica.
- 94** A plataforma Moodle possibilita o acompanhamento em tempo real do progresso dos alunos e facilita a comunicação entre professores e estudantes, tornando desnecessárias estratégias adicionais de engajamento ou *feedback*, já que as ferramentas oferecidas são suficientes para o processo de aprendizagem.

Em relação à construção coletiva e à gestão do conhecimento nas organizações, bem como à ação pedagógica em projetos sociais, julgue os itens subsequentes.

- 95** O uso de fóruns, via plataformas digitais, em ambientes organizacionais é uma estratégia eficaz para promover a construção coletiva do conhecimento, pois permite que os colaboradores troquem ideias e solucionem problemas coletivamente, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem contínua e eficaz.
- 96** Nas organizações, a gestão do conhecimento depende da construção coletiva de saberes, pois é por meio da troca de informações e experiências entre os colaboradores que o conhecimento tácito se transforma em conhecimento explícito e acessível a todos.
- 97** A gestão do conhecimento nas organizações é caracterizada pela ausência de currículos rígidos e estruturados e pela informalidade dos processos de aprendizagem, de modo que a experiência imediata dos participantes de determinado curso substitui o registro e a disseminação do conhecimento nele apreendido.
- 98** Em projetos sociais, a ação pedagógica deve ser flexível e adaptável às necessidades da comunidade atendida, mas essa flexibilidade não pode comprometer a definição de objetivos claros e a avaliação dos resultados, já que a ausência desses elementos pode comprometer o impacto das iniciativas educacionais.
- 99** Nas ações pedagógicas em projetos sociais, devido às restrições de infraestrutura que muitas vezes existem em comunidades vulneráveis, as tecnologias digitais são irrelevantes, devendo-se adotar abordagens pedagógicas tradicionais para a promoção de competências e para a inclusão.
- 100** O uso de recursos digitais na aprendizagem organizacional tem influência no desenvolvimento de competências colaborativas e criativas, bem como amplia significativamente a capacidade de inovação da organização.
- 101** Na gestão do conhecimento organizacional, a criação de comunidades de prática e o uso de ferramentas tecnológicas colaborativas são indispensáveis para o compartilhamento de experiências e para a difusão do conhecimento, além de tornarem a gestão do conhecimento autossustentável.
- 102** No âmbito da gestão de conhecimento organizacional, as comunidades de práticas são grupos de pessoas com interesses comuns que se reúnem para trocar experiências e conhecimentos, a partir de objetivos definidos e alinhados a metas organizacionais.

Julgue os itens que se seguem, relativos a conceitos de gamificação na educação.

- 103** A gamificação pode ser considerada uma proposta de engajamento na educação corporativa, podendo ser usada para promover o trabalho em equipe, a resolução de problemas, o alcance dos objetivos propostos, a interatividade entre os membros da equipe e o engajamento.
- 104** A gamificação, palavra originada do termo em inglês *gamification*, pode ser entendida como a utilização de elementos de jogos — como narrativa, *feedback*, cooperação, pontuações etc. — em contextos externos a jogos, com vistas a promover e aumentar a motivação dos indivíduos envolvidos com relação à atividade que estão realizando.
- 105** Para ser eficientemente concretizada na educação, a gamificação requer o uso de tecnologias da informação e de comunicação.

No que concerne a conceitos relacionados ao processo de inovação na educação, bem como ao uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) para a construção de conteúdos e objetos de aprendizagem, julgue os itens seguintes.

- 106** A utilização de IA na criação de conteúdo apresenta desafios que levantam preocupações sobre a qualidade e a autenticidade do material gerado por algoritmos, tornando fundamental garantir que o conteúdo produzido seja preciso, confiável e adequado aos objetivos educacionais.
- 107** Embora a IA venha desempenhando um papel cada vez mais relevante em diversas áreas, a educação se destaca como exceção, uma vez que a utilização da IA como ferramenta de apoio à educação tem sido maléfica e de grande prejuízo para o processo de aprendizagem nos contextos educacionais.
- 108** A utilização de algoritmos de IA na criação de conteúdo educativo pode permitir a geração automática de materiais diversificados e adaptados às necessidades dos indivíduos.

Considerando a perspectiva da educação inclusiva e conceitos relacionados à acessibilidade, julgue os itens a seguir.

- 109** O Estatuto da Pessoa com Deficiência não dispõe, até o momento, de título específico relacionado à inclusão, embora apresente título destinado a tratar especificamente da acessibilidade.
- 110** Inclusão e acessibilidade apresentam diferenças conceituais: a inclusão se refere a um conjunto de atitudes e artifícios utilizados para garantir que diferenças de classe social, idade, educação, gênero, raça e condições físicas e mentais não sejam barreiras para o acesso a bens, serviços e oportunidades que são de direito de todos; enquanto a acessibilidade se relaciona à transformação do ambiente físico e digital para a autonomia e liberdade de qualquer pessoa com deficiência.
- 111** A acessibilidade é considerada, acadêmica e socialmente, como inseparável das possibilidades tecnológicas, e o próprio aparato jurídico relacionado à acessibilidade estabeleceu e disseminou, concomitantemente, a noção de tecnologia assistiva.

No que se refere à educação museal e à educação patrimonial, julgue os itens subsequentes.

- 112** De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a educação patrimonial se constitui especificamente de processos educativos formais que têm como foco o patrimônio cultural.
- 113** O Programa Educativo e Cultural (PEC) é um documento fundamental para orientar o planejamento dos museus, sendo inclusive dever dessas instituições elaborá-lo e implementá-lo, pois é a partir do PEC que se definem a identidade, os objetivos e as estratégias de cada instituição.
- 114** A educação museal e a educação patrimonial tem se consolidado como campos de conhecimento distintos, com a criação de diretrizes, normativas e políticas públicas próprias.
- 115** O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), instituição que funcionou até ser transformada no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), priorizava, em seus tombamentos, a arte colonial brasileira e a arquitetura religiosa.
- 116** A Política Nacional de Educação Museal (PNEM) é uma orientação para a realização de ações que fortaleçam o campo profissional da educação museal e garantam condições mínimas para a realização das práticas educacionais nos museus e processos museais.

Com base na Resolução CNJ n.º 324/2020, que institui diretrizes e normas de gestão de memória e de gestão documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME), julgue os itens a seguir.

- 117** São instrumentos do PRONAME os sistemas informatizados de gestão de documentos e processos administrativos e judiciais; o plano de classificação e a tabela de temporalidade dos documentos da administração do Poder Judiciário; e a listagem de verificação para baixa definitiva de autos.
- 118** Para que haja avanços nas ações de resgate, preservação, valorização e divulgação do patrimônio histórico-cultural do Poder Judiciário, é necessária a coordenação eficaz das políticas de gestão da memória não apenas por parte do CNJ, mas também pelos vários tribunais do país.
- 119** De acordo com a referida Resolução, a gestão documental é compreendida como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, à tramitação, ao uso, à avaliação e ao arquivamento de documentos e processos recebidos e tramitados pelos órgãos do Poder Judiciário no exercício das suas atividades, inclusive administrativas, independentemente do suporte de registro da informação.
- 120** A referida Resolução foi instituída considerando a necessidade de aperfeiçoamento de uma recomendação anterior do CNJ, que dispunha sobre o funcionamento do PRONAME e de seus instrumentos.
-

Espaço livre
